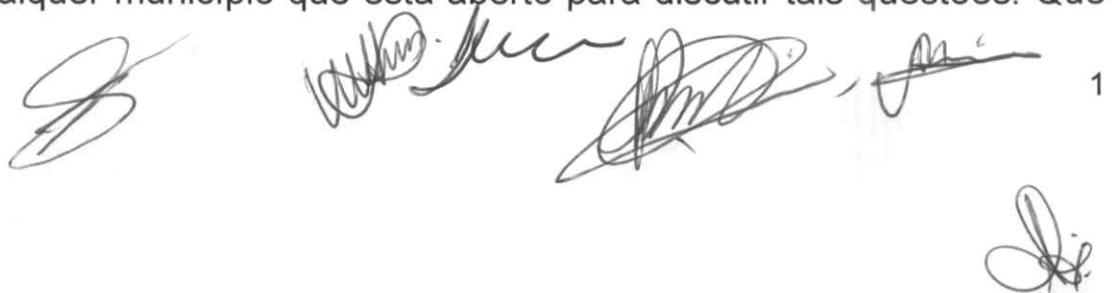
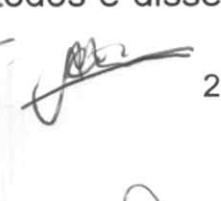
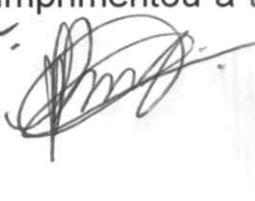


Ata da audiência pública realizada no dia 27 de outubro de 2021 às 19:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Guanhães com a finalidade de debater a respeito do piso salarial nacional do magistério público no âmbito do Município de Guanhães. Foram chamados para compor a mesa de debates, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guanhães, Lucimar Ferreira Pinto, o presidente do FUNDEB Guanhães, William Soares Siman e os autores do requerimento para a realização desta audiência, vereadores Evandro Lott Moreira e Mauro da Conceição Neves. Foram convidados ainda para compor os assentos de destaque o vice-presidente da Câmara Municipal de Guanhães, os vereadores André Luiz da Silva, Mauro da Conceição Neves, Bárbara de Pinho Carvalho, Maria Anídia de Paula, Alessandro Matias e o ex-vereador Nelci Ferreira Chaves. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor presidente da Câmara Municipal de Guanhães que cumprimentou a todos e disse que a presente audiência pública foi designada atendendo a requerimento de autoria do vereador Evandro Lott Moreira. Que foi designado o dia 22 de novembro de 2021, mas que houve manifestações para que a audiência fosse redesignada. Justificou dizendo que a designação na referida data não foi proposital e disse esperar que os professores saiam satisfeitos. Que foi proposto projeto de lei para regularizar o piso salarial por parte dos Professores e em seguida passou a palavra, ao autor do requerimento da audiência pública que cumprimentou a todos os professores presentes. Disse que tem imenso respeito pela classe dos professores. Que todos os vereadores da casa estão engajados na luta pelo direito dos professores. Que houve muita luta para se aprovar o piso nacional e que o mesmo foi aprovado após muito litígio. Que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade do piso salarial. Que a lei do piso nacional é retroativa à data de sua criação. Que tem certeza que o piso será cumprido uma vez que os vereadores desta casa vão aprovar. Que há uma disparidade de salários entre professores de cargas horárias diferentes. Disse que houve vários requerimentos anteriores que não foram atendidos pelo Poder Executivo. Que a meta 18 PNE obriga os municípios a cumprirem o piso ressaltando a importância de prestar esclarecimentos para a população e conclamou a todos os presentes para acompanhar a leitura do projeto de lei do piso salarial do magistério que dará entrada na próxima reunião ordinária e sugeriu que fosse criada uma comissão especial para melhor discussão da proposta. Dando prosseguimento, a palavra foi passada para o advogado do Sindicato dos Servidores Públicos de Guanhães, senhor Adilson Menezes de Oliveira que cumprimentou a todos e disse que há muito tempo tem o desejo de vir trabalhar no sindicato em Guanhães. Que a questão do piso salarial vem sendo debatida a muito tempo e que muitos municípios não pagam o piso salarial corretamente. Que não é qualquer município que está aberto para discutir tais questões. Que



1

poucos vereadores tem a capacidade de reconhecer que estão ali para trabalhar em prol do povo parabenizando os vereadores que se empenharam para que a presente sessão acontecesse. Que encontrou muitas incorreções e uma defasagem nos salários dos professores. Que o piso nacional teve sua constitucionalidade questionada. Que em 2013 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da lei. Que a lei do piso nacional impôs uma carga horária máxima de 40 horas semanais. Que o cálculo dos salários dos professores foi feita de forma errônea e que o valor não pago anteriormente, deverá ser pago seja por meio de acordo ou por via judicial. Disse que todos devem ficar atentos às ações dos Poderes Legislativo e Executivo e reivindicar seus direitos. Disse que os vereadores não possuem a prerrogativa de apresentar proposições para regulamentar salários, sendo esta do executivo, cabendo aos membros das casas legislativas somente a prerrogativa de apresentar emendas para alterar tais proposições. Disse que cada município tem autonomia para estabelecer a carga horária de professores, embora deve haver observância ao Piso Nacional. Disse esperar que consiga exito nas reivindicações dos direitos dos servidores de Guanhães se dizendo feliz pela oportunidade. Dando prosseguimento aos trabalhos, a palavra, foi passada para o Senhor Presidente do FUNDEB Guanhães, Willian Siman que cumprimentou a todos e disse que o mesmo passa por mudanças, tornando-se permanente trazendo uma tranquilidade. Falou a respeito da evolução do Fundo no decorrer do tempo e que 70% dos recursos do referido fundo se destina a pagamento de profissionais da educação como professores, pedagogos e psicólogos. Que o município dispõe de conselho que tem o objetivo de fiscalizar se os gastos se dão de forma correta. Que atualmente o percentual encontra-se em 68%. Disse que quando o percentual não é atingido, é realizado um rateio. Que em abril de 2021 se iniciaram as atividades do conselho e agradeceu a oportunidade para prestar esclarecimentos. Em seguida a palavra foi passada ao vice-presidente da Câmara Municipal de Guanhães, vereador Claudiney Ferreira dos Santos que cumprimentou a todos os presentes. Disse que a Casa Legislativa deve sempre estar aberta para ouvir a população se dispôs a atender a qualquer demanda que possa surgir. Dando prosseguimento, a palavra foi passada ao vereador Alessandro Matias que cumprimentou a todos e se disse triste pelo fato de o número de pacientes na UTI do hospital ter aumentado. Cumprimentou professoras presentes no plenário pelo trabalho desempenhado e se disse feliz em poder participar das discussões dos direitos da população conclamando que o Poder Legislativo e o Sindicato se unam para a defesa dos direitos dos servidores. Dando prosseguimento aos trabalhos, a palavra foi passada à Professora da Rede Municipal Elidê Aparecida Assunção Ribeiro que cumprimentou a todos e disse



que a situação dos professores da rede municipal foi muito bem explanada pelos presentes. Contou uma breve história a respeito do conhecimento. Em seguida a palavra foi passada para o senhor Christian Harrison Cordeiro Correia que cumprimentou a todos e se disse satisfeito de estar novamente nesta casa. Que a conquista do Piso Salarial dos Professores foi fruto de trabalho árduo e que o envio do Projeto de Lei regularizando o Piso Salarial dos Professores do Município se deveu à pressão da audiência pública requerida pelos vereadores Evandro Lott e Mauro da Conceição Neves. Que a classe dos professores deve ser corporativista na defesa de seus interesses se dizendo satisfeito com a entrada do projeto de lei na casa iniciando sua tramitação na próxima reunião ordinária se voluntariando para a discussão da referida proposta. Que há questões a serem discutidas, como o pagamento dos valores retroativos aos professores ressaltando a importância de que a discussão se dê junto ao sindicato e os Poderes Legislativo e Executivo. Disse que esperava a presença da Senhora Secretária de Educação. Reclamou do fato de o sindicato não possuir cadeira no Conselho Municipal de Educação e agradeceu pela oportunidade. A palavra foi passada para o vereador Mauro da Conceição Neves que cumprimentou a todos dizendo que sairá feliz da presente reunião. Que o projeto de lei do piso salarial será apreciado e aprovado por esta casa. Em uso da palavra, o vereador Evandro disse que estava ausente no dia em que foi designada a audiência pública e estava na cidade de Uberlândia em capacitação de vereadores. Disse que foi questionado pelo senhor presidente por telefonema se havia alguma objeção em designar a audiência para a sexta feita dia 22, tendo respondido que não havia qualquer objeção. Disse que muitos sabiam do piso salarial dos profissionais da educação, mas que muitos também não sabiam que o direito era retroativo e justificou a ausência do vereador Osmar e do representante do Sindicato. Dando prosseguimento procedeu-se à formação de comissão consultiva especial para discussão da proposta do piso salarial dos profissionais da educação. O presidente conclamou aos cidadãos para acompanhar a proposta e disse que essa casa se tem se empenhado ao máximo para se buscar soluções para os problemas da população e que esta casa nunca vota em desfavor do professor e que espera que todos fiquem satisfeitos com as soluções apresentadas. Encerrados os trabalhos em pauta, expediu-se a presente ata que segue assinada por todos os presentes. Sala das sessões, aos 27 de outubro de 2020.



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a final flourish.